

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia,
Inovação e Obras Públicas
Deputado Hélder Amaral

Assunto – Setor Energético

O Dr. Manuel Pinho, ex-ministro da Economia e da Inovação, integrou o governo de José Sócrates nos cerca de 5 anos decorridos entre 2005 e 2009, assumindo a tutela sectorial da Energia e por conseguinte da EDP, num período em que o sector energético registou uma significativa transformação, com alterações de enquadramento impactantes ao nível da gestão e resultados dos operadores que nele atuam.

Durante aquele período o Estado português através do seu ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, interveio em processos como os programas para exploração de energias renováveis, de criação de redes de carregamento para veículos elétricos, para construção de barragens, ou para aprovação dos designados Projetos de dito Interesse Nacional-PIN, nem sempre pacíficos na sua aplicação e pelas consequências.

Associados a estes processos foi divulgado através da Comunicação Social que, á altura, o Dr. Manuel Pinho receberia paralelamente às suas funções de governante, uma quantia mensal de 14,000 euros, com origem no GES.

Face às dúvidas, interrogações e acusações muito graves veiculadas na comunicação social - desde logo ao nível ético - para qualquer Estado democrático, impunha-se um esclarecimento sem demoras e a oportunidade para o fazer, razão que levou o GP-PSD a propor publicamente a audição do ex-ministro na Comissão de Economia, através de requerimento que entrou nessa Comissão em 30 de abril último.

Conforme noticiou então a Comunicação Social, *«Manuel Pinho aceita ir à Comissão de Economia mas só depois de ouvido pelo Ministério Público.»*

O Público e a Lusa de 30 de Abril último acrescentavam mesmo que *“Depois de Rui Rio ter anunciado que queria ouvir Manuel Pinho no Parlamento, o líder parlamentar do PS diz que a audição se deve realizar “o mais depressa possível”.*

Ora tendo sido também publicamente divulgado no dia 18 de Maio último que “*Manuel Pinho já não é arguido no caso EDP*” e que as “*Medidas de coação foram consideradas sem efeito*”, estando em causa todo o respetivo processo de decisão ao nível da governação, a lisura, a independência e transparência com que os mesmos devem sempre decorrer, deixando perdurar uma dúvida inaceitável sobre todos os que prestam serviço público, entende o GP-PSD renovar o convite para o ex-ministro vir à CEIOP prestar todos os urgentes e convenientes esclarecimentos sobre a matéria, e assim prosseguir com as diligências com certeza já levadas a cabo, de contacto do Dr. Manuel Pinho.

No sentido de clarificar cabalmente estas transformações, os factos a elas associadas e as dúvidas sobre as decisões que envolveram o ex-ministro da Economia e da Inovação, entendem os deputados Grupo Parlamentar do PSD ser imperativo convidar o então governante responsável pela tutela do setor, Dr. Manuel Pinho, a poder pronunciar-se com a maior urgência possível nesta Comissão, razão pela qual vêm requerer a Vossa Excelência, o prosseguimento das necessárias diligências nesse sentido.

Lisboa, 4 de Junho de 2018.

Os Deputados,